

ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

ABERTURA DO 1º SEMINÁRIO DE FONTES
PRIMÁRIAS DE HISTÓRIA DO BRASIL

Manuel Diegues Jr.

A um velho estudioso e, diria mesmo, praticamente aposentado pesquisador, que o foi em seus tempos de mocidade, é honroso presidir esta reunião, em que se debaterão idéias acerca de fontes primárias. É evidente que um tema como este melhor estaria — e estará, sem dúvida, dentro em pouco — a cargo de especialistas que atualmente lidam com a pesquisa documental naquelas instituições, como nos Arquivos, onde o material é encontrado.

A experiência da pesquisa é sempre sedutora quando a vocação nos atrai para a procura daqueles elementos que darão originalidade ao estudo desejado, ou seja, a fonte documental, o papel ou os papéis em que encontraremos os dados, as informações, os valores que animarão e justificarão sobretudo o propósito que impulsionou o pesquisador. O documento às vezes é uma surpresa, e não raramente, embora saiba o que procura, o pesquisador é surpreendido com o inesperado.

Conto-vos, a esse respeito, um episódio sucedido com quem ora vos fala. Dediquei-me, por volta de 1943/45, a estudar as origens alagoanas através dos engenhos de açúcar, os originariamente chamados *banguês*. Recorri, entre arquivos das Alagoas e Pernambuco, ao do Instituto Histórico das Alagoas, onde encontrei muita informação útil, não apenas em documentos originais como ainda em material impresso — jornais, relatórios, mensagens, etc.

Um dos problemas que me preocupava referia-se à existência de primitivos engenhos que, no decorrer dos tempos, foram absorvidos pelas usinas. De modo geral, a usina, a partir dos fins do século XIX, se criava pela transformação técnica de um engenho, e a usina, na vertigem de seu crescimento, ia absorvendo os engenhos vizinhos, incorporando seus canaviais e acabando com as primitivas moendas.

A esse tempo, estava em correspondência com o venerando Afonso de Taunay, acerca das terras de Domingos Jorge Velho nas Alagoas bem como do seu testamento, peça esta — ao que me consta — até hoje não encontrada. Taunay admitia que Domingos Jorge Velho tinha falecido nas Alagoas, o que é verdadeiro, mas de seu testamento não constava a menor notícia, nem o mais breve indício. O mesmo sucedia quanto às terras que recebeu nas Alagoas.

Ora, nesta busca de informações sobre os primitivos engenhos alagoanos, e pouco encontrando nos arquivos investigados, alertou-me um colega e amigo que uma importante firma das Alagoas possuía toda a documentação dos primitivos banguês que absorvera na sua expansão industrial. Como advogado da referida firma conseguiu autorização dos Diretores para que eu pudesse examinar essa documentação.

Interessava-me sobretudo o engenho “Garça Torta”, que, segundo outras fontes, era o mais antigo do vale do Paraíba. E na realidade encontrei

novas e ricas informações sobre o velho engenho; contudo, o mais importante era o documento com que se iniciava a história do “Garça Torta”. Tratava-se, nada mais nada menos, de pública forma da sesmaria de Domingos Jorge Velho nas Alagoas, onde se criara o engenho referido.

A surpresa do encontro, num documento que se procurava e não se encontrava, permitia esclarecer um ponto que sempre foi discutido, qual o da existência de duas sesmarias de Domingos Jorge Velho: uma, nas terras do Piauí, outra, nas Alagoas. E havia, nas duas sesmarias, a coincidência de nomes, parecidos, pois se numa — a do Piauí — se referia ao rio Parnaíba, no das Alagoas a referência era ao Rio Paraíba — diferença apenas de uma letra a mais naquela; numa, o rio afluente era o dos Camarões, e na outra o rio era o Poty. Como se verifica, as coincidências permitem criar a confusão, inclusive quanto a se admitir a existência de uma única sesmaria de Domingos Jorge Velho: a localizada no Piauí, divulgada, se não me falha a memória, por Pereira da Costa.

Uma das condições, que diria mesmo fundamental, que se exige do pesquisador, é justamente esta: a de estar atento ao inesperado, àquilo que surge além do que prioritariamente se deseja. Os arquivos oferecem sempre esta oportunidade, qual a de encontrarmos alguma coisa além do desejado, alguma surpresa além daquilo que teoricamente se esperava.

Um dos graves problemas com que se depara o pesquisador, ou pelo menos se deparava quando andei catando arquivos, é justamente a carência de mais pormenorizada indicação acerca dos documentos existentes. As indicações são quase sempre genéricas, não especificando senão a origem do documento, sua data, o local, o tema geral abordado; quase sempre não há especificação mais pormenorizada, o que exige do pesquisador a argúcia de tirar conclusões, ou procurar encontrá-las, mediante aproximações, e em conseqüência testar antes de conhecê-lo, se o documento lhe oferece realmente os elementos de que necessita.

Os especialistas reunidos neste Seminário têm a suficiente competência para examinar e debater os diferentes aspectos que a pesquisa de fontes primárias oferece.

Acredito mesmo que uma tarefa básica seria a do levantamento de todos os órgãos, instituições públicas ou privadas, que dispõem de arquivos, capazes de servirem como base de pesquisa; e a partir daí, do conhecimento das instituições públicas ou privadas, a respectiva avaliação, principalmente pela identificação do respectivo acervo.

Não se deve esquecer, de outra parte, aspecto importante para a pesquisa: a preparação do próprio pesquisador. Não é apenas a competência cultural, o alto conhecimento, não raro aprofundado nas próprias minúcias, dos fatos históricos; é sobretudo, a vocação para lidar com o papel venerando, com letras a que não está afeito em seus conhecimentos gráficos, a maneira de dizer da época, a delicadeza do próprio papel que o tempo foi diluindo.

Decorre daí a significação, e não apenas a responsabilidade, do pesquisador. Sua posição é importante e, no estudo de nossa história, em seus diferentes aspectos, sua contribuição é indispensável para elucidação e interpretação dos fatos ocorridos.

Não pretendo, nem de longe, doutrinar-vos sobre problemas de pesquisas em fontes primárias, vós que sois os próprios especialistas como arquivistas, como pesquisadores, como bibliotecários. Ao mencionar-vos um pouco de minha experiência não desejo senão dar um testemunho, oferecer uma experiência, a fim de que enganos ou falhas não se repitam, para que se possa alcançar o êxito desejado levando em conta a própria experiência de outros.

No campo das ciências humanas, onde a pesquisa nem sempre é devidamente compreendida, as fontes primárias são tão importantes como os contactos com os grupos ou com a população, se for o caso. É que as fontes primárias nos revelam o passado, os antecedentes do grupo, e através destes elementos se poderá reconstituir não só a história anterior se não ainda se pode compreender as transformações e as mudanças – inevitáveis em todas as sociedades e em todas as épocas.

Nas ciências humanas a pesquisa é sempre sedutora, e mesmo quando utilizamos fontes primárias – documentos guardados silenciosamente em arquivos – o que procuramos é o homem, conviver com ele, compreendê-lo através do que está escrito, interpretar as próprias palavras que estão registradas num documento por vezes já se esfacelando. Sentimos naquele papel a própria vida, a vivência de homens, os seres humanos movimentando-se, às vezes sofrendo, como sucede quando encontramos documentos ou livros de registro de venda de escravos, às vezes procurando palavras que escondem manifestações de amor como as cartas de Pedro II à Condessa de Barral, outras vezes entusiasmando-se pelo que realizou num gesto de inteligência como certos documentos de José Bonifácio.

É sempre com o ser humano que convivemos nesta documentação. Até mesmo quando temos em mãos papéis que se referem a construções de palácios ou de casas grandes de fazenda ou de casas de moenda – fatos por assim dizer materiais – neles palpitam a vida humana: o homem que ideou a construção, os pedreiros, os trabalhadores, os escravos. Os papéis como que falam.

Lamentavelmente pouco se conhece da documentação original sobre a escravidão ou, em particular, o comércio de escravos. Contudo, aqui ou ali é possível encontrar papéis a ela referentes. No arquivo do Instituto Histórico das Alagoas, manuseei dois livros de vendas de escravos. Já da segunda metade do século XIX, entre 1870 e 80, se não me falha a memória. Cada termo de compra e venda tem um significado humano. É o homem que está sendo negociado, e sentimos então o próprio sofrimento daquele que era objeto de comércio, do mais nefando comércio de que a história guarda registro.

As ciências humanas nos abrem perspectivas muitas vezes inesperadas, e servem sobretudo para orientar a utilização de papéis que, em seu fundamento exteriormente histórico, têm um significado sociológico ou antropológico. Tanto uma como outra destas disciplinas não prescindem do elemento histórico, que é a própria vivência do homem no tempo.

Afigura-se-me que uma das tarefas mais importantes deste Encontro é o estudo das condições atuais dos Arquivos. Se sabemos que o Arquivo

Nacional e alguns Arquivos Estaduais estão hoje em excelentes condições, o mesmo não sucede com a maioria. Pouco sabemos, ao que me parece, de arquivos municipais, judiciários, eclesiásticos ou particulares, muitos não raro apenas depósito de papéis velhos.

O Encontro de Salvador, em julho passado, preocupou-se com o problema dos arquivos, e concluiu com a sugestão de implantar-se um Sistema Nacional de Arquivos, da mesma forma que sugeriu idênticos sistemas para Museus e Bibliotecas. Alegro-me informar, em primeira mão, que o Sr. Ministro Ney Braga já autorizou a Direção do DAC a estudar a criação e implantação do Sistema Nacional de Museus e o de Bibliotecas. Quanto ao de Arquivos, autorizou os necessários entendimentos com o Arquivo Nacional que será, evidentemente, o cabeça desse Sistema. Neste sentido acredito que a tarefa será grandemente facilitada, graças à eficiência com que o nosso companheiro Raul Lima dirige o Arquivo Nacional, tornando possível que o Sistema Nacional de Arquivos possa funcionar com êxito.

Espero que o seminário agora iniciado, possa resultar em sugestões adequadas ao interesse dos que se dedicam à pesquisa de fontes primárias; e, saudando os que hoje aqui se reúnem, estou certo de que os resultados terão efeito multiplicador, podendo irradiar-se e alcançar os núcleos ou centros que lamentavelmente aqui não estão presentes; e, pela força deste efeito, possam contribuir, como tudo indica que sim, para o incremento da pesquisa social e não apenas histórica, em nosso país.

*O SIGNIFICADO DOS ACERVOS DOCUMENTAIS,
PÚBLICOS E PRIVADOS, COMO FONTES
DA HISTÓRIA*

Cecília Maria Westphalen

Introdução

“Pas de document, pas d’Histoire”, enfaticamente pronunciada no cume da historiografia do século XIX, e para advertência dos que se iniciavam no método histórico, era bem a divisa que evidenciava a importância quase única atribuída aos acervos documentais de arquivo, para a construção científica da História. Os arquivos se haviam tornado laboratórios da História. E, após a arrancada da Monumenta Germaniae Historica, era fácil admitir o primado da documentação escrita para o ofício do historiador.

Entre essa erudição e outra que é dos nossos dias quando num gesto de desafio, diz-se ousadamente “pas de chiffres, pas d’Histoire”, e que os arquivos se constituem sobre cartões perfurados e fitas magnéticas, colocando novas e perturbadoras questões para os arquivistas, contudo restará ainda por tempo suficiente para muitas gerações de historiadores, a utilidade dos acervos documentais de arquivo, até que eles próprios sejam também armazenados na memória de algum possante computador de vigésima geração.

Assim, estamos e continuamos diante e envoltos pelos problemas que foram da Escola Histórica Alemã, ou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou seja aqueles da coleta, recolhimento, organização, arranjo e uso dos acervos documentais pelo historiador.

Problemática Brasileira

No entanto, no Brasil, praticamente não se constituíram os laboratórios da História.

Desde a Colônia, pouca atenção foi dada aos arquivos e à documentação de interesse para a História que ficaram, por isso mesmo, à mercê de extravios e da destruição irreparáveis.

A Provisão Régia, expedida pelo Conselho Ultramarino em 20 de julho de 1782, mandando efetivamente “fazer todos os anos as Memórias anuais, dos novos estabelecimentos, fatos e casos mais notáveis, e dignos de história, que tiverem sucedido desde a fundação desta capitania e forem sucedendo...”, constitui dos primeiros e raros exemplos de interesse pela tradição histórica. Já, no império, avisos e portarias ministeriais, em 1844 e em 1848, tentaram a constituição de arquivos centrais, com o sacrifício, porém, de arquivos locais.

A ausência, no entanto, quer no Império, como na República, de uma política arquivística nacional, teve por efeito a situação deplorável em que se